

Processo Sócio-Educativo de Organização Comunitária para Cidadania nas Comunidades Ribeirinhas do Município de Maués, AM

Área Temática de Trabalho

Resumo

O trabalho apresenta a experiência de extensão do projeto “Processo sócio-educativo de organização comunitária para cidadania nas comunidades ribeirinhas do município de Maués - Estado do Amazonas”, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), iniciado em janeiro de 2002 e concluído em dezembro de 2003. Seu objetivo geral foi desenvolver ações de conservação dos recursos locais através de atividades sócio-educativas de valorização dos saberes locais e na identificação e implementação de novas técnicas. O projeto foi desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia - Grupo Inter-Ação. A metodologia abrangeu conjunto de ações sócio-educativas de extensão, desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas situadas no município. O projeto serviu como espaço de produção técnica-científica de conhecimentos sobre a realidade das comunidades, possibilitando aos acadêmicos, técnicos e docentes o desenvolvimento de atividades, articulando o conhecimento teórico-metodológico com a prática; servindo de apoio às iniciativas das comunidades locais no desenvolvimento de ações que atendessem suas demandas, interesses e necessidades de acesso a Bens e Serviços Sociais (educação, saúde, assistência técnica).

Autoras

M^a P. Socorro R. Chaves. Assistente Social, Dra. em Política Científica e Tecnológica Unicamp/CIREDE; Msc Em Sociologia; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação/DSS/UFAM; Docente do Departamento de Serviço Social
Andréia Santos Cavalcante. Assistente Social, Especialista em Gestão de Políticas Sociais.
Ma. Francenilda Gualberto de Oliveira. Assistente Social, Especialista em Gerontologia.
Anália Sampaio. Acadêmica de Serviço Social
Silvana Compton. Acadêmica de Serviço Social

Instituição

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Palavras-chave: ações sócio-educativas; extensão; organização

Introdução e objetivo

As populações do meio rural amazônico compõem um quadro com características plurais; em termos de diversidade social, têm-se, índios; ribeirinhos; pescadores e migrantes de todas as regiões do Brasil. O Estado do Amazonas é formado por uma diversidade de agrupamentos rurais de pequeno porte compostos por populações tradicionais que habitam às margens dos rios e seus tributários, tais agrupamentos são nominados como *comunidades ribeirinhas*. Considera-se que há em torno de 200 mil comunidades na região (Dados pesquisa Programa Trópico Úmido e Ministério de Ciência e Tecnologia, 2000) assim caracterizadas, o que corresponde a 20% da população total do estado e abrigam em média 20 famílias, mais o número de famílias varia entre 05 a 500 famílias.

A extensão geográfica e a dificuldade de acesso, além da ausência de políticas públicas para viabilizar o acesso a Bens e Serviços Sociais (saúde, educação, entre outros) que

contemplem as necessidades dessas populações de modo satisfatório, as relega a uma condição de extrema carência e mesmo quando têm acesso a tais bens vivenciam a precariedade destes. Estes últimos, de um modo geral, formam um contingente que foram, por diversos meios, expropriados da terra em outras partes do país. As comunidades são assim reconhecidas por possuírem pelo menos uma igreja e a escola primária com cursos multisseriados de 1^a. à 4^a. séries.

O município de Maués, no qual o trabalho foi realizado, está localizado na 8^a subregião – Médio Amazonas, possui uma área de 40.163,8 Km² correspondentes a 2,5% do Estado e 32,4% da área norte do sudeste; sua população está estimada em 32.286 habitantes dos quais 51% vivem na zona urbana, o que representa o segundo maior contingente populacional da área norte sudeste. A sede do Município está situada à margem direita do Rio Maués-Açu, a 267 km em linha reta e 356 km por via fluvial de Manaus. O município de Maués possui cerca de 160 comunidades rurais, há no Município 13 Associações de Produtores Rurais, 1 Cooperativa, 1 Sindicato, 1 Associação de Criadores de Gado e cerca de 800 pescadores registrados. O tempo de deslocamento para as comunidades ribeirinhas do rio Parauari, por via fluvial – de Manaus para a sede do município de Maués – fica em torno de 18 horas; da sede do município de Maués até a 1^a comunidade - Acaoera – 6 horas; da sede do município até a última comunidade - Santo André – 18 horas. Por via aérea de Manaus para a sede do município de Maués dura 45 minutos.

Para as populações locais, a adaptação ao meio ecológico torna-se possível graças aos conhecimentos acumulados sobre o território e as diferentes formas pelas quais os recursos naturais são transformados via processo de trabalho. No desenvolvimento das atividades produtivas pelos ribeirinhos constituem-se múltiplas formas de manejo dos recursos, das quais se derivam práticas diferentes e complementares. Estas dão sustentação para a reprodução do grupo, ao mesmo tempo em que possibilitam a consolidação de princípios culturais de integração à natureza e formas apropriadas de manejo. Em face da acelerada degradação dos recursos naturais e do conjunto de implicações diretas e indiretas sobre as populações locais torna-se imprescindível e urgente apoiar as formas de organizações para desenvolvimento local. Pois estes caracterizam diversificadas formas de: aproveitar|otimizar o uso de materiais e produtos locais; implementar ações educativas com ações práticas e viáveis; criar estratégias inovadoras de otimização do uso de energéticos; subsidiar a formulação de políticas sociais públicas e privadas; reivindicar o apoio de órgãos governamentais e empresariais.

Assim, as atividades de extensão deste projeto instituíram um processo sócio-educativo de organização comunitária para cidadania voltada para o desenvolvimento sócio-ambiental das comunidades ribeirinhas, cujo principal objetivo foi desenvolver ações de conservação dos recursos locais através de atividades sócio-educativas de valorização dos saberes locais e na identificação e implementação de novas técnicas; capacitar os produtores através da formação de formadores; fomentar ações de organização para construção de alternativas de produção de renda com aproveitamento dos recursos locais, inclusive rejeitos; apoiar gestões para constituição de novas parcerias para obter acesso a bens e serviços sociais coletivos nas áreas de saúde, educação, equipamentos comunitários, adoção de tecnologias apropriadas e produção agrícola.

Metodologia

Na condição de projeto de extensão adota-se uma dupla finalidade, de um lado, servir como espaço de produção técnica-científica de conhecimentos sobre a realidade das comunidades e, de outro, tornar-se apoio às iniciativas das comunidades locais no desenvolvimento de ações que atendam suas demandas, interesses e necessidades por Bens e Serviços Sociais. Essas duas funções têm caráter indissociável entre si, pois a produção técnico-científica sobre a realidade das comunidades servirá para a obtenção de

conhecimento, de subsídios para busca de estratégias para o desenvolvimento social das referidas comunidades.

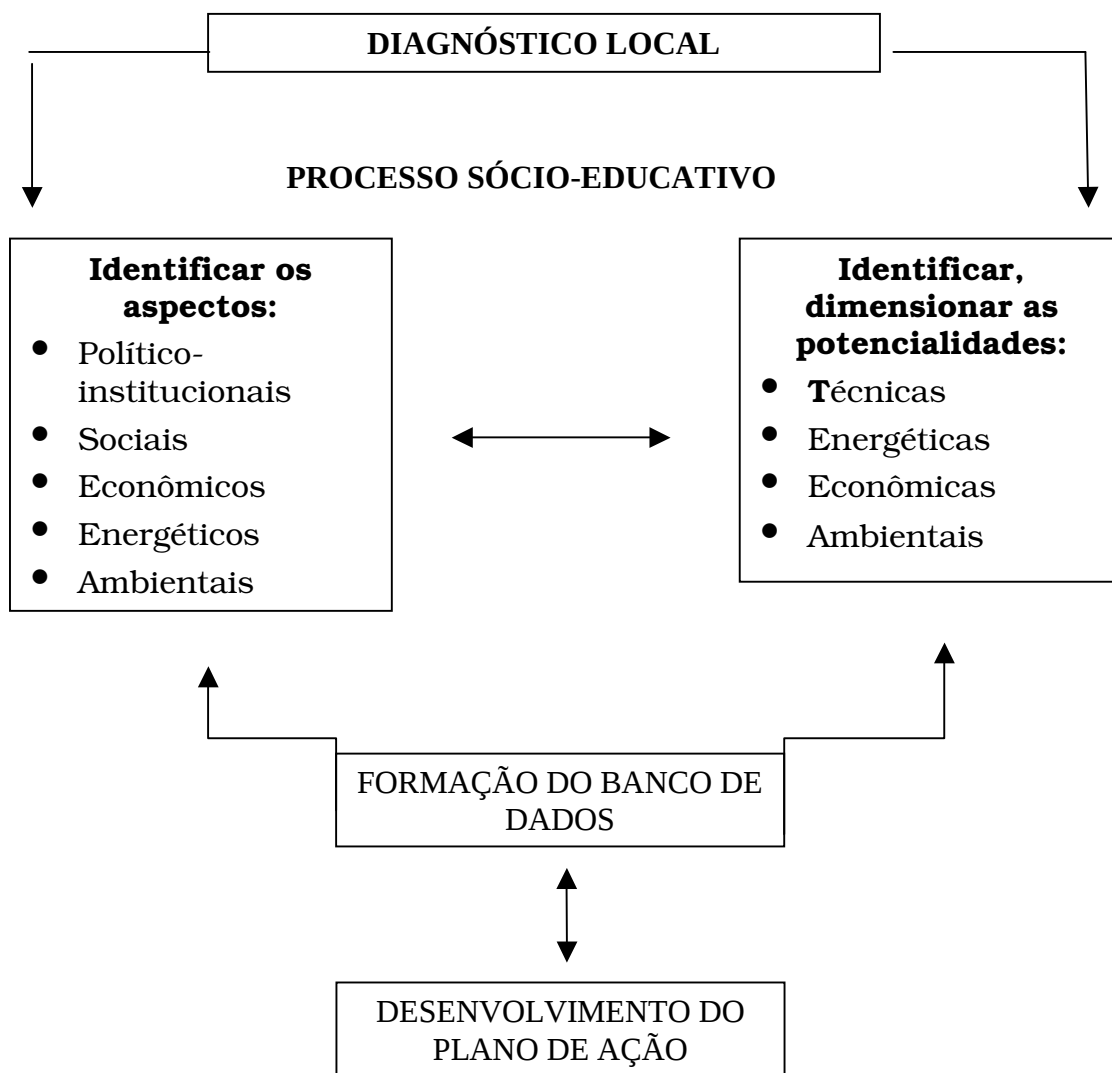
Desta maneira, no escopo deste, apresenta-se em linhas gerais as orientações de natureza técnica e científica do projeto tendo em vista que este pretende se consolidar como: a) área de extensão universitária com atividades de Formação Comunitária e Profissional; b) campo de Estágio Curricular e extracurricular para diversos cursos profissionalizantes; c) campo piloto de Pesquisa-ação, Pesquisa Social Aplicada nas áreas sócio-cultural, econômica, agrícola, tecnológica, ambiental entre outras. A metodologia de trabalho caracterizou-se por fomentar a participação e representou uma tentativa de articular ações de apoio à gestão comunitária e de acesso aos bens e serviços sociais, bem como oportunidade para acadêmicos, técnicos e docentes na realização de um conjunto de atividades articuladas às necessidades das comunidades nas áreas de: saúde, educação, organização comunitária, entre outras. Os procedimentos e as técnicas de coleta servem para desencadear a participação e o engajamento dos envolvidos, considerando as particularidades da organização local.

A sistematização da totalidade dessas informações serve para a formação de um Banco de Dados que irá subsidiar as fases subseqüentes do trabalho. Para tanto, as atividades desenvolvidas foram: *Diagnóstico Local Participativo* – realizado a partir de visitas domiciliares com aplicação de formulários (com questões abertas e fechadas), história oral, trabalhos com dinâmicas de grupo. Tais atividades buscaram desencadear a participação e o engajamento dos comunitários, o que subsidiou as fases subseqüentes do trabalho. O que tornou possível mapear a estrutura social das comunidades (número de moradores, divisão por geração), que está assim dimensionada: Monte Sinai – número de famílias – 13, número de pessoas – em torno de 95 (25 crianças e 70 jovens e adultos); Vila Nova - fundada em 1989 possui 15 famílias, número de pessoas – em torno de 90 (22 crianças e 68 jovens e adultos); Santo André – número de famílias – 12, número de pessoas – em torno de 95 (25 crianças e 70 jovens e adultos); Vila Darcy – número de famílias – 23, número de pessoas – em torno de 130 (40 crianças e 90 jovens e adultos); Acaoera – número de famílias – 16, número de pessoas – em torno de 110 (aproximadamente 30 crianças e 80 jovens e adultos). Assim, a fase após o diagnóstico proporcionou a *Elaboração do Plano de Ação*. O desenvolvimento do Plano decorre do encadeamento entre os processos sócio-educativo, de monitoramento (acompanhamento e apoio nas ações). Para assegurar as condições de compatibilidade com os objetivos do Plano, nesta parte, a partir da avaliação técnica dos recursos para investimentos, das condições e do horizonte temporal disponíveis, faz-se a montagem da estrutura operacional, com a elaboração de instrumentos e técnicas para ação, e a definição dos critérios para avaliação sistemática.

A execução do Plano de Ação aciona, simultaneamente, a negociação entre os atores, o estímulo à participação|engajamento dos comunitários, a implementação das atividades técnicas, o processo de formação para criação de competência técnica e fortalecimento das capacidades locais, a ativação dos mecanismos de monitoramento e de avaliação. Durante o desenvolvimento do Plano, de acordo com a dinâmica posta em prática, outras demandas podem aflorar. A partir de uma avaliação criteriosa dos envolvidos, a incorporação das demandas emergentes pode determinar ganhos importantes no trabalho. A articulação entre as várias frentes, ou esferas de ação que compõem o Plano, propicia a otimização de instrumentos, ações e técnicas, a simplificação de operações e autonomia de produção e gestão local. O mérito dessa metodologia consiste em apoiar a gestão comunitária e, ao mesmo tempo, captar alguns de seus princípios e tomá-los como orientação de trabalho (rede de ajuda mútua, coletivização do trabalho). Seu molde, similar a um programa social (com ações integradas de serviços sociais), requer a participação dos usuários não de modo secundário, mas como protagonistas na determinação dos rumos a serem assumidos.

Dentre as orientações prioritárias do Projeto está o caráter de sustentabilidade e autonomia das comunidades a ser construído e buscado. O modelo de trabalho desenvolvido pode ser observado no esquema a seguir apresentado.

Metodologia de Gestão Participativa



Resultados e discussão

Evidenciou-se nessas comunidades a necessidade de desenvolver atividades que viabilizassem a construção de alternativas de produção de trabalho e renda, baseando-se no fato de que os recursos monetários são muito limitados, associados à falta de infra-estrutura de Bens e Serviços Sociais. Pois, em termos de manutenção da família, as atividades de complementação de renda se revestem de importância estratégica, as quais requerem alternativas diversificadas que ao mesmo tempo precisam ter características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. Dentre as orientações prioritárias do Projeto, as atividades se pautaram no caráter de sustentabilidade e autonomia das comunidades a ser construído e buscado (Chaves, 2002).

Dessa forma, o projeto consistiu em apoiar a gestão comunitária e, ao mesmo tempo, captar alguns de seus princípios e tomá-los como orientação de trabalho (rede de ajuda mútua, mutirão, coletivização do trabalho), entendendo que a participação dos comunitários, como

protagonistas na determinação dos rumos a serem assumidos, possibilitou alcançar melhores resultados no término das atividades, bem como, a elaboração de uma proposta de trabalho. Assim, o projeto abrangeu um amplo processo sócio-educativo de extensão interdisciplinar tomando como referência a extensão universitária como questão importante na percepção de problemáticas relevantes no plano societal, ao buscar desenvolver ações mediante desafios reais a partir da identificação das potencialidades locais (recursos, saberes, habilidades). A implantação do *Plano de Atividades* teve como resultado a participação de todos os envolvidos e a obtenção dos seguintes resultados: *na área de Organização* - A formação/capacitação de agentes comunitários de saúde, apoio didático-pedagógico aos professores locais; Realização de dinâmicas de sensibilização com músicas, dramatizações e sociometria; Curso de Relações Humanas; Oficina de Liderança; Reuniões para estruturação de alternativas de produção de renda; Orientação para a formação de Cadeia Produtiva de Artesanato; Curso de Alimentação Alternativa.

Na área educacional – Realização de ações educativas com dinâmicas de grupo, de apoio aos professores rurais, com orientação sobre o conteúdo didático e a produção de materiais didáticos voltados a realidade local; Oficina de brinquedo com recursos locais; Encontros recreativos e debates educativos; Atividades de dramatização e pintura; Dinâmicas de grupo com desenho para montagem de Cartilha; *Na área de saúde* – Realizou-se campanhas educativas; Oficinas (com técnicas de abordagem grupal) para formação de agentes comunitários de saúde no trato da saúde dos idosos, das crianças e adolescentes e de jovens e casais; Campanha de saúde bucal para casais, jovens e adultos; Curso de Saúde Reprodutiva e Planejamento Familiar; Atividades de dinâmicas de grupo com idosos abordando os aspectos biopsicossociais do envelhecimento e do papel do idoso na família e na comunidade; Atividades lúdicas, psicomotoras para debater o tema de sexualidade e drogas; Organização de farmácia comunitária nas comunidades; *Avaliação sistemática* – a avaliação foi um instrumento fundamental no decorrer do projeto para avaliar o processo operacional das atividades propostas, bem como a efetividade de sua operacionalização, possibilitando o aperfeiçoamento das ações; Para *produção de trabalho e renda* foram formados 3 Clubes de Mães, a Associação de Arte Cabocla com a produção de artesanato e aproveitamento de rejeitos agrícolas, uma horta comunitária de plantas medicinais (mais de 100 espécies).

Em termos de manutenção da família, as atividades de complementação de renda se revestem de importância estratégica. Estas requerem alternativas diversificadas que ao mesmo tempo precisam ter características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. No presente Projeto, pretendeu-se superar tais limitações ao se buscar encaminhar soluções de produção de renda que proporcionem a otimização da produção e redução do esforço através de tecnologias simples e de baixo custo e que não comprometam as condições de sobrevivência dos grupos.

Para tal, foram potencializadas e valorizadas as iniciativas criadas pelos próprios grupos como embrião para soluções comunitárias. A necessidade de desenvolver atividades de produção de renda nas comunidades se baseia no fato que os recursos monetários são muito limitados e associados à falta de infra-estrutura de bens e serviços sociais torna as condições de vida muito precárias. A maioria dos grupos domésticos recorre ao trabalho acessório para assegurar a reprodução de sua família. Neste contexto, os mecanismos para aumento e/ou complemento de renda e das formas de consumo, ou seja, do dispêndio do grupo doméstico com alimentação, vestuário, educação e habitação são identificadas como *estratégias de sobrevivência*. Em termos de manutenção da família as atividades de complementação de renda se revestem de importância estratégica. Estas requerem alternativas diversificadas que ao mesmo tempo precisam ter características peculiares em função do contexto e dos agentes sociais envolvidos. A designação de *estratégias de sobrevivência* serve para identificar as atividades de trabalho complementares, subsidiárias ao tipo de produção

que o grupo exerce tradicionalmente. No entanto, em termos financeiros, a atividade principal pode render menos que a subsidiária, ou seja, o fator econômico não é o único determinante da representação que o grupo adota para eleger sua atividade principal. As atividades apontadas como *estratégias de sobrevivência* variam de grupo para grupo. A representação do que seja atividade subsidiária e principal toma como referência variados aspectos, desde a natureza social e cultural até os que conformam *status quo* do grupo no interior da comunidade. Mas as estratégias de sobrevivência identificadas nas práticas dos agricultores na região portam igualmente elementos negativos ao próprio grupo. Se, por um lado, fornecem opções alternativas para produção de renda suplementar, por outro, pode gerar sobrecarga de trabalho aos integrantes do grupo e a “*privação de determinadas necessidades básicas*”. A renda conseguida, p. ex., com a venda de produtos de base alimentar do grupo doméstico, como os doces caseiros, o “*beiju*” e o “*pé de moleque*” os torna escassos aos integrantes do grupo familiar. Portanto, algumas soluções adotadas são paliativas, conquistas parciais, individuais e não comunitárias, coletivas. Para tal, objetivou-se potencializar e valorizar as iniciativas criadas pelos próprios grupos como embrião para soluções comunitárias. Pois, a vida comunitária permitia que a estratégia usada por um grupo doméstico seja adotada pelos demais comunitários. No que se refere ao trabalho comunitário coletivo, a realização de atividades em geral foram coordenadas pelas entidades organizativas locais a partir de reuniões, assembléias, “*mutirões*” e “*ajuris*”. A prática do “*mutirão*” qualifica-se como serviço para coletividade, o trabalho compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade. Em geral, pratica-se o ‘mutirão’ em áreas de domínio da coletividade, em equipamentos comunitários (escolas, centros comunitários). No “*ajuri*”, o trabalho realizado pelos comunitários, de maneira coletiva, tem seus resultados partilhados. Em geral, realizado em áreas coletivas, destina-se a contemplar as necessidades do grupo cuja divisão se faz de acordo com as necessidades dos grupos domésticos.

De um modo geral, as modalidades de trabalho comunitário se caracterizam como: Formas de cooperação laboral praticadas pelos comunitários; Padrão de divisão dos frutos do trabalho cooperativo de acordo com as necessidades dos grupos; Estratégia de ação coletiva para potencializar a força de trabalho do grupo doméstico; Formas diversificadas de produção realizadas de acordo com os ciclos dos produtos (plantio, colheita) e da natureza (inverno e verão); Esforço coletivo requerido por determinadas práticas produtivas e comunitárias (construção de equipamentos, construção de hortas). A dinâmica de gestão comunitária se configura a partir da identidade sócio-cultural dos agentes sociais, das relações que estabelecem entre si (nas atividades produtivas, de troca entre os grupos domésticos, nas entidades organizativas), com a natureza circundante e também com o contexto externo. Nesta perspectiva as formas de organização sócio-cultural e política das comunidades na Amazônia, em suas singularidades, abrigam mecanismos e práticas que podem servir como instrumentos para a construção de alternativas e soluções para atender suas necessidades de bens e serviços sociais. Entende-se que a gestão comunitária é um atributo importante para a busca de mudança nos padrões atuais de acesso aos bens coletivos de consumo nas comunidades isoladas da Amazônia.

Assim, compreende-se que as comunidades se constituem como espaço organizativo peculiar no qual seus atores estabelecem o manejo coletivo dos recursos materiais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas. Neste sentido, o ordenamento concreto de uma comunidade em certa medida representa a afirmação explícita da capacidade de expor suas prioridades, afirmar formas de atendimento requeridas e, também de identificar novos usos, desenvolver técnicas simples, enfim modos de consumo mais adequados às suas necessidades. A dinâmica comunitária potencializada a partir de ações sócio-pedagógicas propiciou a busca por mudanças nos padrões atuais de produção e de acesso aos bens coletivos de consumo.

Conclusões

O projeto se desenvolveu com a finalidade de: servir como espaço de produção técnico-científica de conhecimentos sobre a realidade das comunidades, oportunizando aos acadêmicos, técnicos e docentes o desenvolvimento de atividades, articulando o conhecimento teórico-metodológico com a prática; tornar-se apoio às iniciativas das comunidades locais no desenvolvimento de ações que atendessem suas demandas, interesses e necessidades por Bens e Serviços Sociais (educação, saúde, assistência técnica). As atividades desenvolvidas - de sociabilidade e organização - tomaram como referência que as formas de organização sócio-cultural das comunidades, em suas singularidades, abrigam mecanismos, técnicas e práticas que puderam servir, mediante apoio técnico, como instrumentos para a construção de alternativas e soluções para atender as necessidades produtivas e organizativas existentes. As soluções estiveram centradas na organização para a produção de renda e no acesso a bens e serviços sociais (escolas, postos de saúde, entre outras), enquanto elementos essenciais para a estruturação da cidadania das populações locais (Chaves, 2002).

Isto posto, ressalta-se que as comunidades ribeirinhas constituíram como espaços de organização, produção e reprodução social, observando-se que os comunitários estabelecem o manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e habilidades em bases comunicativas e cooperativas.

Neste sentido, o presente projeto buscou contribuir para afirmação de ações de cidadania e fortalecimento das capacidades e habilidades locais para buscar soluções para as limitações materiais existentes, encontrar formas de atendimento destas e, também, de formular novas modalidades de uso com o desenvolvimento de técnicas simples. Essa experiência permitiu considerar que a extensão universitária possibilita o envolvimento e a articulação de diferentes dimensões da produção e socialização do conhecimento, criando as condições essenciais para o processo de formação de discentes e de espaço de exercício de ensino-aprendizagem para os docentes. Outrossim, com base nesta lógica de extensão, as ações desenvolvidas favoreceram a aliança entre atividades de natureza acadêmico-científicas, a formação profissional e a sociedade.

Referências bibliográficas

CHAVES, M. P. Socorro Rodrigues. **PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA PARA CIDADANIA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE MAUÉS - ESTADO DO AMAZONAS**. Departamento de Serviço Social. Grupo de Pesquisa Inter-Ação – Universidade Federal do Amazonas/UFAM. **Relatório**. Manaus/AM, 2002.